

SOCIEDADE

É por causa dos abusos do fisco que muitos tribunais bloqueiam

Estudo sobre justiça tributária e fiscal feito por observatório independente traça cenário avassalador: há processos à espera de sentença há 13 anos

Justiça
Ana Henriques

Os abusos do fisco têm levado ao bloqueio de muitos tribunais tributários, conclui um estudo do Observatório Permanente de Justiça divulgado ontem.

No final de 2015 a justiça fiscal de primeira instância registava mais de 53 mil processos pendentes, parte significativa dos quais tinham dado entrada nos tribunais há mais de 13 anos. O avassalador cenário descrito neste trabalho, feito a pedido do Ministério da Justiça pelas investigadoras Conceição Gomes e Paula Fernando, surpreendeu até mesmo as suas autoras, que não contavam deparar-se com tamanhas pendências. Sucede que a esmagadora maioria dos processos que dão entrada nos tribunais tributários são desencadeados pelos contribuintes, numa tentativa de reagir àquilo que consideram ser os abusos do fisco. E em cerca de metade dos casos é-lhes dada razão.

“É opinião maioritária dos entrevistados que parte dos litígios que chegam a tribunal resultam de interpretação da lei à luz de um “direito circulatório” da própria administração tributária, com frequência contra jurisprudência consolidada dos tribunais”, escrevem as autoras do estudo, que ouviram dezenas de juizes, procuradores e funcionários judiciais. “A Autoridade Tributária podia ter evitado estes processos. Há litígios que não se justificam”, declarou um desses entrevistados, que antes de entrar no mundo das leis tinha trabalhado para as Finanças. Os depoimentos no mesmo sentido sucedem-se. “Por regra, não dão razão às reclamações do contribuinte e depois acaba por vir tudo para o tribunal”, refere outro depoimento. Um terceiro operador judiciário fala da pujança de uma máquina fiscal que “não respeita nada, nem a lei.”

“Tive centenas de processos inúteis, só para o juiz pôr o carimbo a

dizer que o contribuinte tem razão”, diz ainda outro entrevistado. “Ignoram, ostensivamente e por completo, a jurisprudência”, confirma um colega.

Na apresentação do estudo, que teve lugar na Torre do Tombo, em Lisboa, numa conferência dedicada à reforma dos tribunais administrativos e fiscais (ver texto ao lado) Conceição Gomes apresentou o caso paradigmático dos recursos judiciais interpostos pelos automobilistas multados por falta de pagamento de portagens. A alteração legal que determinou que estes processos podiam tramitar nos tribunais tributários teve o impacto de uma inundação. “Chegámos a ter mais de 100 processos só de um indivíduo, que cada vez que passava na SCUT recebia uma contra-ordenação”, descreveu um daqueles que tiveram de lidar com o assunto na justiça.

Ações de milhões?

Se é certo que nos tribunais tributários se decidem ações de milhões de euros, a verdade é que a grande maioria tem um valor bem mais baixo, sendo com frequência significativo o peso dos processos inferiores a mil euros, pode ler-se no trabalho, que explica como a justiça fiscal já nasceu congestionada – ou “morta à nascença”, nas palavras de mais um entrevistado.

Presente ontem na Torre do Tombo e questionada pelo PÚBLICO sobre as responsabilidades da Autoridade Tributária nas pendências processuais, a secretária de Estado Adjunta e da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, admitiu que nem sempre a administração fiscal age da melhor forma no que à justiça diz respeito – muito embora não escamoteie a relevância dos tribunais administrativos e fiscais no surgimento de um clima económico e social “propício ao desenvolvimento, à atracção do investimento e à criação de emprego.”

“Ninguém é perfeito. Há algumas falhas na forma como a administração tributária tramita os seus proces-



No final de 2015 a justiça fiscal de primeira instância registava mais de 53 mil processos pendentes



Ninguém é perfeito. Há algumas falhas na forma como a administração tributária tramita os seus processos mas tem melhorado muito

Helena Mesquita Ribeiro
secretária de Estado Adjunta e da Justiça



ses mas tem melhorado muito”, reconheceu a governante, explicando que neste momento há uma estreita ligação entre as duas partes.

Uma das propostas de dois grupos de trabalho criados para apresentar ao Governo reformas na jurisdição administrativa e fiscal é que todas as comunicações entre os tribunais fiscais e a Autoridade Tributária passem a ser feitas por via electrónica, libertando os funcionários das repartições de finanças de tarefas como a triagem, digitalização, impressão e reencaminhamento dos processos judiciais. Ao mesmo tempo, poupa-se papel.

Apesar de todas as reclamações do sector no senti-

do de serem colocados mais juizes e funcionários neste tipo de tribunais, as investigadoras do Observatório Permanente da Justiça encaram a questão com cuidado. Tirando casos pontuais, entendem que não deve ser feito nenhum reforço dos quadros de pessoal antes de o volume de processos pendentes ser estabilizado – isto é, reduzido.

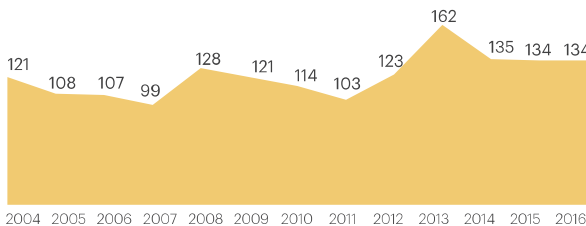
“Fará pouco sentido dimensionar quadros para um problema que deve ser resolvido com medidas excepcionais”, defendem. “Considerando o actual quadro de juizes (.), caso não sejam abertos concursos para os tribunais superiores o número de juizes em primeira instância poderá ascender em 2019 a cerca de 230 magistrados.” O estudo menciona como outra razão para os atrasos mais prolongados algumas resistências dos próprios magistrados, quando têm de elaborar sentenças

“ Não se percebe como [o Governo] não o fez [cursos para juizes da área fiscal], dado que conhecia a falta deste tipo de magistrados

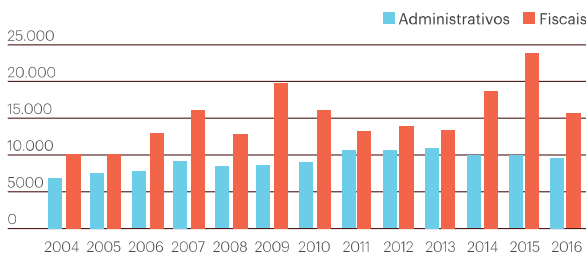
Manuela Paupério
Presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses



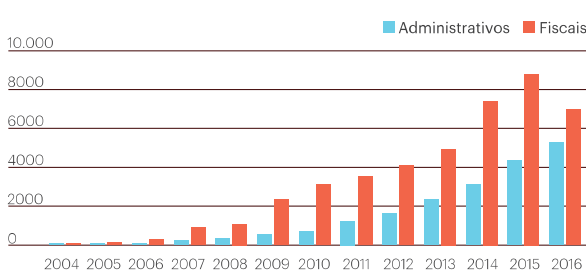
Juizes em exercicio de funções nos tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância



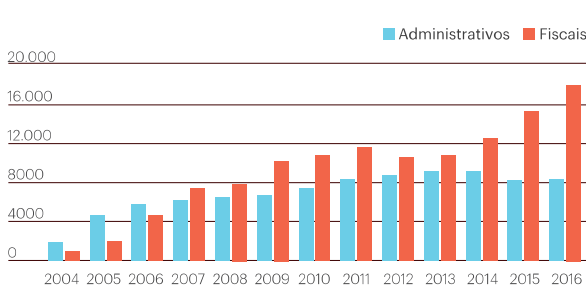
Número de processos entrados nos tribunais administrativos e fiscais, por área



Ano de entrada dos processos activos, sem sentença, em 31 de Dezembro de 2016, por área



Evolução do número de sentenças, por área



Fonte: Sistema de Informação dos Tribunais Administrativos e Fiscais (SITAF) PÚBLICO

Muitas promessas para poucos juizes

O Governo promete começar a desentupir os tribunais administrativos e fiscais, que são daqueles onde os atrasos são maiores, mas só daqui a ano e meio conseguirá ter mais juizes para lá colocar. Só nessa altura estarão disponíveis os magistrados judiciais que estão actualmente em formação.

Até há muito pouco tempo, estes tribunais tinham apenas 61% dos recursos humanos considerados necessários, admitiu ontem o director-geral da Administração da Justiça, Luís Freitas, no debate sobre a reforma da jurisdição administrativa e fiscal na Torre do Tombo, em Lisboa. E mesmo com um recente reforço de juizes essa taxa continua, segundo o mesmo responsável, longe de cobrir as necessidades, não ultrapassando 79% do desejável. “Haverá alguma entidade que consiga cumprir a sua missão nestas circunstâncias?”, interrogou, e a plateia, composta por muitos magistrados, aplaudiu-o. “A uns dá-se um fato de gala, e a outros um fato roto”, lamentou ainda. Neste momento existem 72 mil processos pendentes na primeira instância destes tribunais, para 172 juizes.

Ainda assim, a secretária de Estado da Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, anunciou a criação, com a prata da casa, de brigadas de magistrados que se vão dedicar exclusivamente a resolver os processos mais antigos, nalguns casos com 13 anos. Seja com for, ressaltou Luís Freitas, a solução final a adoptar para recuperar as pendências “não está estabilizada”.

“Houve um juiz que me disse que trabalhava virado para a parede para não ver os processos” acumulados, contou Conceição Gomes, do Observatório Permanente da Justiça, onde foi feito um estudo sobre esta matéria do qual saíram recomendações adoptadas por dois grupos de trabalho que também se estão a debruçar sobre o assunto no Ministério da Justiça (ver texto ao lado).

Helena Mesquita Ribeiro explicou que haverá um grupo de magistrados que terão apenas por missão recuperar os processos antigos. “E haverá um conjunto de funcionários

que os auxiliará.” Para a governante, a reorganização dos métodos de trabalho permitirá recuperar de facto as chamadas pendências.

Embora se congratule com a criação da bolsa de magistrados e a brigada de recuperação dos atrasos, a presidente da Associação Sindical de Juizes Portugueses, Manuela Paupério, questiona-se sobre o prazo de dois anos dado aos colegas para solucionar os atrasos. “Os juizes que vão pegar nestes processos não os conhecem, terão de os estudar desde o seu início. E os processos que estão há mais tempo parados são em regra os mais difíceis”, vai avisando. A dirigente sindical mostra-se admirada por o ministério não ter aberto este ano, como fez em 2016, cursos para juizes da área administrativa e fiscal: “Não se per-



Juiz admitiu a Conceição Gomes que, para não ver a pilha de processos, trabalhava virado para a parede

cebe, dado que conhecia a falta que existe deste tipo de magistrados.”

Os dois grupos de trabalho viram a tutela acolher também a sugestão de criação de um gabinete de apoio dependente Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, com especialistas para auxiliar os magistrados em matérias críticas e de maior complexidade: ciências jurídicas, economia, gestão, contabilidade e finanças, entre outras áreas.

A especialização é um dos caminhos apontados pelos grupos de trabalho para a jurisdição administrativa e fiscal, que nesse sentido equacionam a criação de secções nos tribunais dedicadas aos litígios envolvendo funcionários públicos, por um lado, ordenamento do território, ambiente e urbanismo, por outro, e, em terceiro lugar, aos processos relacionados com contratos públicos.

baseadas em inquirições de testemunhas feitas por outros colegas. São horas infundáveis de antigas gravações que são relutantemente obrigados a ouvir. “Esta é, como facilmente se infere, uma situação em que a morosidade provoca mais morosidade”, concluem.

A fragilidade do sistema informático que está implantado nos tribunais administrativos também mereceu a atenção de Conceição Gomes e Paula Fernando, que explicam que esta ferramenta de trabalho não só é considerada demasiado lenta por quem ali trabalha como pouco confiável – o que tem impacto quer no funcionamento dos tribunais quer na sua interacção com o resto do mundo. A anunciada reforma deverá passar pela correcção destes problemas e pela criação de novas funcionalidades.

abhenriques@publico.pt